

**ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A**

CNPJ nº 00.028.986/0001-08

NIRE nº 35.3.0013975.5

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE ANÔNIMA EM SOCIEDADE LIMITADA REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2016.

DATA, HORA E LOCAL: 10 de novembro de 2016, às 10:00 (dez) horas, na Av. do Estado, nº 6116, na Capital do Estado de São Paulo.

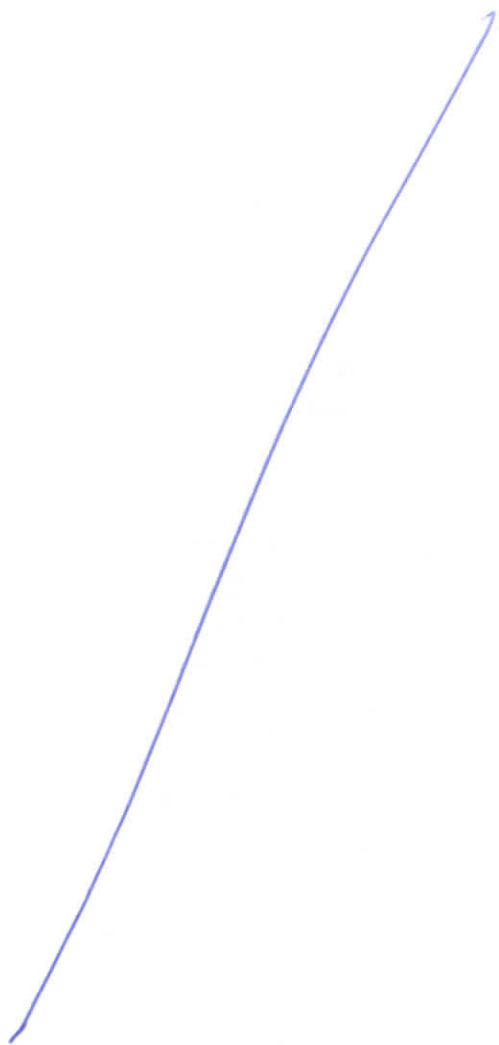
PRESENCAS: Acionistas representando 100% do capital social, constituindo, assim, o *quorum* legal para aprovação das matérias constantes na ordem do dia.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. André Abboud Insera e secretariados pela Dra. Adriana Duarte de Carvalho.

PUBLICAÇÕES: A ausência de publicação dos anúncios de convocação está regularizada, tendo em vista o comparecimento da totalidade dos acionistas, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76.

ORDEM DO DIA: (i) Aumento do capital social e a consequente alteração do Artigo 4º do Estatuto Social, (ii) Discussão e votação da proposta dos Administradores da Companhia, para alteração do tipo societário da Elevadores Atlas Schindler S.A., de Sociedade Anônima para Sociedade Limitada, (iii) discussão e votação da extinção do Conselho de Administração após a transformação da sociedade com a distribuição das





201115

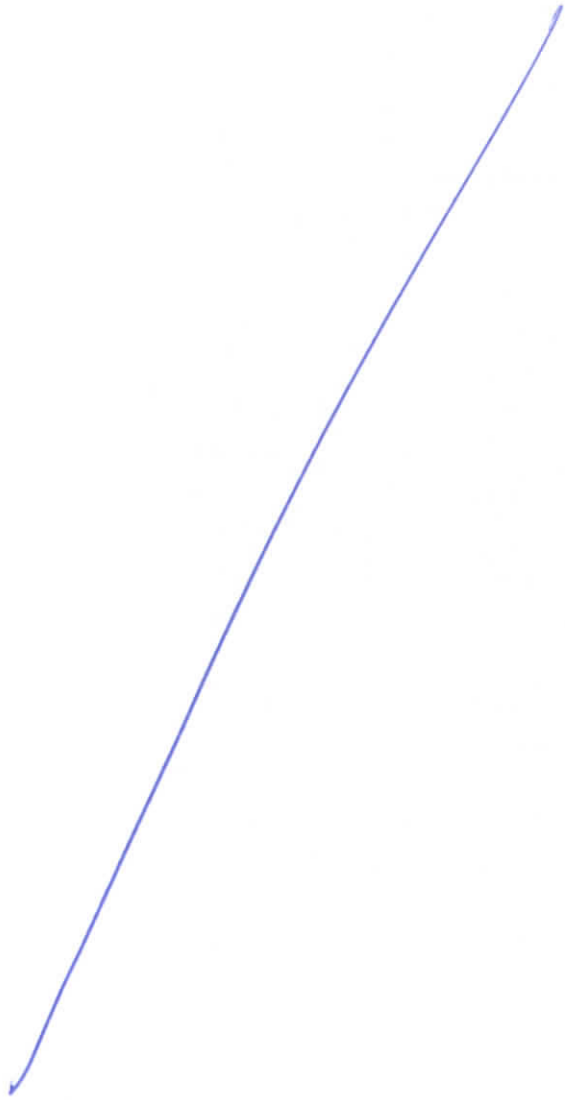
atribuições do Conselho de Administração à Assembleia ou Reunião de Sócios e à Diretoria, (iv) eleição dos membros da Diretoria da sociedade e, (v) aprovadas as propostas da Administração da Companhia, autorizar os representantes legais a adotarem todas as providências necessárias à transformação do tipo societário, de Sociedade Anônima para Sociedade Limitada.

DELIBERAÇÕES: Foram submetidas à discussão e votação dos senhores acionistas, e por estes aprovadas por unanimidade dos presentes, a seguintes matérias:

- (a) Aumentar o capital social dos atuais R\$70.478.641,45 (setenta milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, seiscentos e quarenta e um reais e quarenta e cinco centavos) para R\$70.478.642,00 (setenta milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, seiscentos e quarenta e dois reais), sendo o referido aumento, portanto, no valor de R\$0,55 (cinquenta e cinco centavos de real), integralizado neste ato mediante a capitalização de parte da reserva de capital da companhia correspondente ao valor do aumento de capital, com base no Balanço da Companhia levantado em 31/12/2015, sem a emissão de novas ações. Desta forma, o capital da companhia passa a ser no valor de R\$ 70.478.642,00 (setenta milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, seiscentos e quarenta e dois reais), dividido em 6.632.245 (seis milhões, seiscentas e trinta e duas mil, duzentas e quarenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
- (b) Em decorrência da deliberação acima, alterar o Artigo 4º do Estatuto Social, que passa a vigor de acordo com a seguinte redação:

"Art. 4º - O capital é de R\$ 70.478.642,00 (setenta milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, seiscentos e quarenta e dois reais), dividido em 6.632.245 (seis milhões, seiscentas e trinta e duas mil, duzentas e quarenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal."

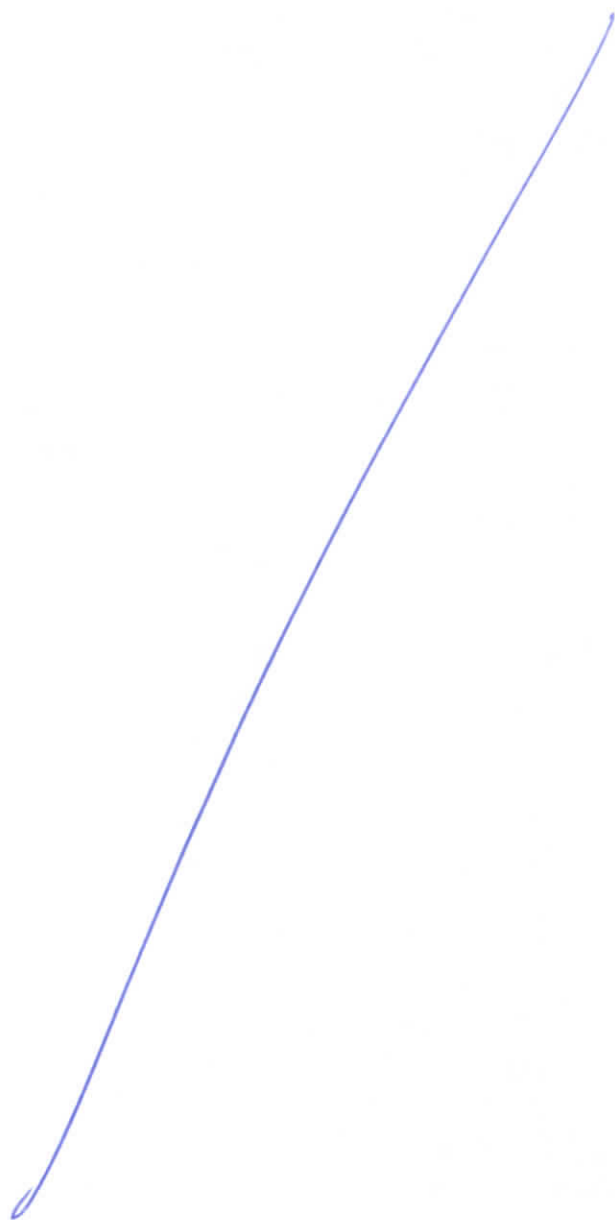




2016
11
29

- (c) Pelos motivos que já são do conhecimento de todos os presentes e considerando ser conveniente aos interesses sociais desta sociedade, a transformação do tipo social, de Sociedade Anônima em Sociedade Limitada, passando esta sociedade a denominar-se **ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA.**, a ser regida pelo Contrato Social aprovado na forma do Anexo I, em conformidade com os artigos 1.052 a 1087 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 (Código Civil), aplicando-se nos casos omissos, exclusiva e supletivamente a Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações (Lei das Sociedades por Ações), em continuação e sucessão da sociedade anônima, sem solução de continuidade, não havendo, portanto, nova sociedade, mas apenas a transformação do tipo social, mais consentâneo com os seus interesses e finalidades.
- (d) Em decorrência dessa aprovação, dá esta Assembleia por transformada a **ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S.A.** na sociedade limitada **ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA.**, para a qual passam automaticamente todos os direitos e obrigações da sociedade ora transformada, sendo também aprovadas as seguintes resoluções:
1. Aprovar as cláusulas e condições constantes do Contrato Social assinado nesta data, a ser arquivado juntamente com esta Ata na M. Junta Comercial do Estado de São Paulo, pelo qual se regerá esta sociedade, e que passa a fazer parte do presente instrumento como seu Anexo I;
 2. O Capital Social no valor de R\$70.478.642,00 (setenta milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, seiscentos e quarenta e dois reais), totalmente integralizado em moeda nacional, permanece inalterado, sendo que as 6.632.245 (seis milhões, seiscentas e trinta e duas mil, duzentas e quarenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são substituídas por 70.478.642 (setenta milhões, quatrocentas e setenta e oito mil,





30/11/16

seiscentas e quarenta e duas) quotas representativas do capital social, todas iguais, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma;

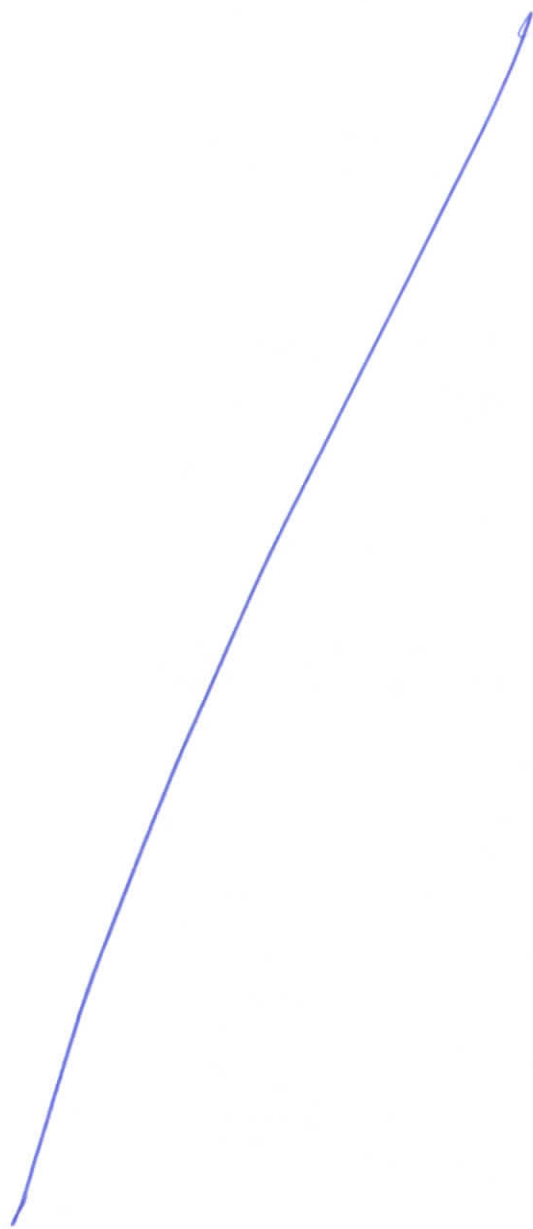
3. As atuais acionistas passam à qualidade de quotistas, restando o capital social assim distribuído, observada a proporção da participação de cada sócio no capital social:

a) **SCHINDLER S.A.**, é titular de 70.478.641 (setenta milhões, quatrocentas e setenta e oito mil, seiscentas e quarenta e uma) quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real), cada uma, correspondendo a R\$70.478.641,00 (setenta milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, seiscentos e quarenta e um reais e), e

b) **SCHINDLER MANAGEMENT AG.**, é titular de 01 (uma) quota, no valor nominal de R\$1,00 (um real), correspondendo a R\$1,00 (um real).

4. A Extinção do Conselho de Administração, da qual é dada ciência neste ato aos Srs. Conselheiros e a consequente redistribuição de suas competências, na forma do Contrato Social ora aprovado e anexo à presente ata.
5. Diante do disposto acima, a sociedade passará a ser administrada por uma Diretoria composta por, no mínimo, 03 (três), no máximo, 06 (seis) Diretores, sócios ou não, residentes no País, sendo um Diretor Presidente e 05 (cinco) Diretores, todos eleitos pelas sócias para um mandato de 03 (três) anos, e por eles destituíveis a qualquer tempo, permitida a reeleição.
6. Para os efeitos do disposto acima, elege-se neste ato, para um mandato de 03 (três) anos contados a partir desta data, ou seja, de 10/11/2016 até





2019
11
13

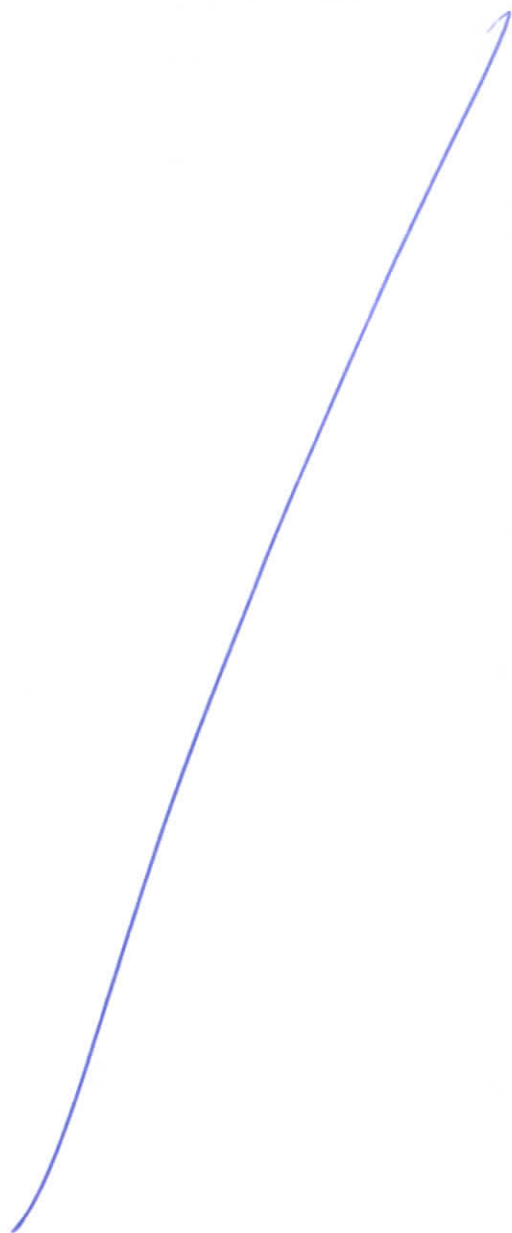
09/11/2019, o senhor **ANDRE ABBoud INSERRA**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da Cédula de Identidade RG nº 14.559.500, órgão emissor SSP/SP, e do CPF/MF nº 114.574.898-80, para o cargo de Diretor Presidente, e os senhores **FRANCISCO ALBALADEJO BOSCO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG. nº 11.236.870, inscrito no CPF/MF sob o nº 032.779.978-12, **JOSÉ CARLOS AGRELO LUSQUIÑOS**, espanhol, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RNE nº W344383-7 e do CPF/MF nº 246.278.527-20 e **GEORG KASIMIR MARBACH**, suíço, solteiro, economista, portador da Cédula de Identidade RNE. Nº V288005 A, inscrito no CPF/MF sob o nº 055.993.397-50, para os cargos de Diretores da Sociedade.

Os Senhores **ANDRE ABBoud INSERRA**, **FRANCISCO ALBALADEJO BOSCO**, **JOSÉ CARLOS AGRELO LUSQUIÑOS** e **GEORG KASIMIR MARBACH**, acima qualificados, declaram neste ato não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer a atividade de empresário, bem como a administração de sociedades empresárias, ou enquadrados em quaisquer das situações previstas no art. 1011, § 1º do Código Civil.

7. Ficam autorizados os membros da Diretoria da Sociedade a promover todos os atos necessários à efetivação da transformação e implementação das deliberações ora aprovadas.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, suspendeu-se a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata, de forma sumária, como faculta o Parágrafo Primeiro do Artigo 130 da Lei nº 6.404/76, e sendo a presente ata lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pela unanimidade dos acionistas presentes e pelos membros do Conselho de Administração. Sr. André Abboud Inserra - **Presidente**; Adriana Duarte de Carvalho - **Secretária**; **Acionistas:** Schindler S/A, (p.p. representada por André





2016
29 11 16

Abboud Inserra e José Carlos Agrelo Lusquiños); Schindler Management AG, (p.p. representada por André Abboud Inserra e José Carlos Agrelo Lusquiños); **Conselheiros:** Sr. Luis Jose Del Barrio Ruiz, Sr. Stephen O'Sullivan; Sr. André Abboud Inserra; Sr. Carlos Guembe Gonzalez-Guinea (pp. representado por José Carlos Agrelo Lusquiños) **Diretores:** Andre Abboud Inserra, Francisco Albaladejo Bosco, José Carlos Agrelo Lusquiños e Georg Kasimir Marbach.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro de Assembleia Geral de ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A

Adriana Duarte de Carvalho

Secretária

Visto:

Marisa D. Silva
Marisa Aparecida da Silva

OAB/SP nº 134.169

Andre Abboud Inserra

Diretor Presidente Eleito

José Carlos Agrelo Lusquiños

Diretor Eleito

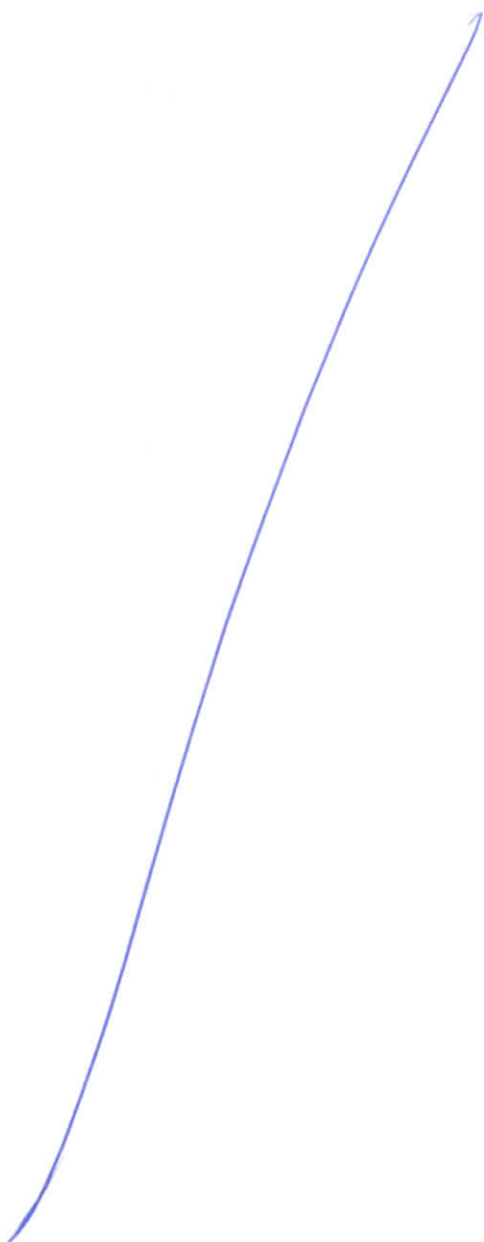
Francisco Albaladejo Bosco

Diretor Eleito

Georg Kasimir Marbach

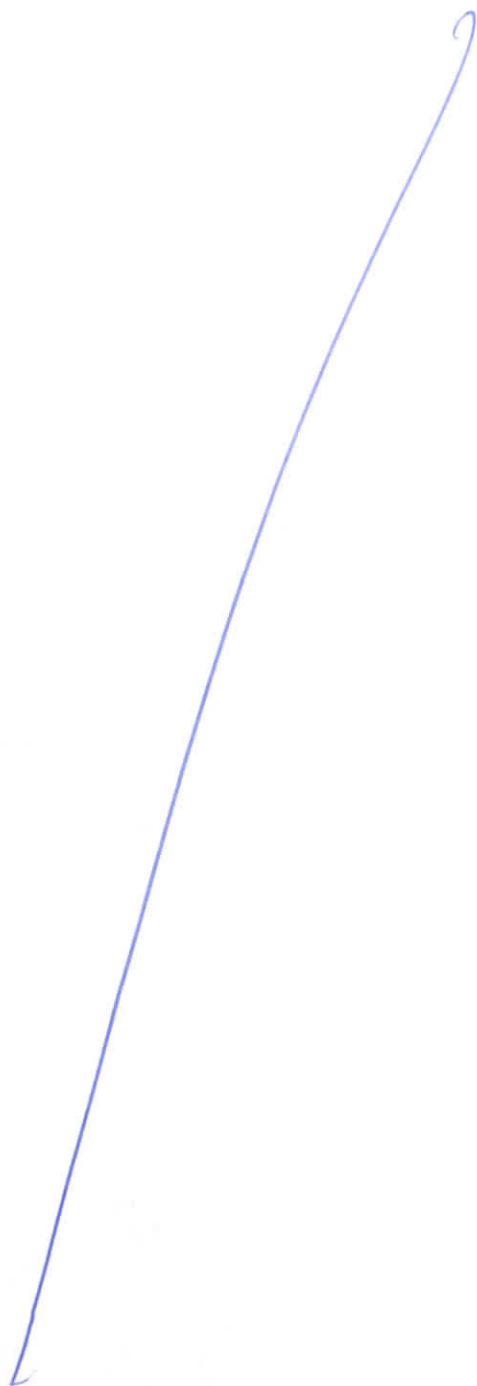
Diretor Eleito





ANEXO I





23
8

2016
11
29

**"CONTRATO SOCIAL DA ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA.
(CNPJ nº 00.028.986/0001-08)**

**(em fase de transformação de sociedade anônima - ELEVADORES ATLAS
SCHINDLER S.A., em sociedade limitada)**

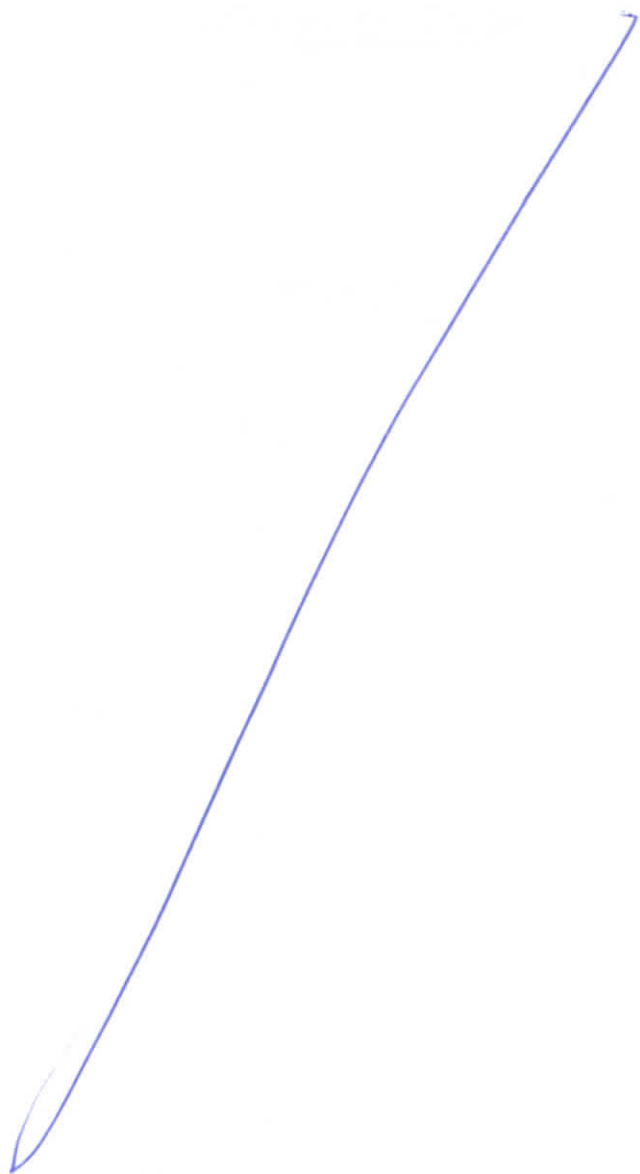
Por este instrumento particular e na melhor forma de direito, as pessoas jurídicas abaixo:

(a) SCHINDLER S.A. sociedade devidamente constituída de acordo com as leis da Espanha, com sede em Zaragoza, na Albardín, 58, Polígono Empresarium, inscrita no Brasil no CNPJ/MF sob o nº 09.273.174/0001-00, neste ato representada por seus procuradores, **Andre Abboud Inserra**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade RG nº 14.559.500 e inscrito no CPF/MF sob o nº 114.574.898-80; **José Carlos Agrelo Lusquiños**, espanhol, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RNE n.º W344383-7 e inscrito no CPF/MF sob o n.º 246.278.527-20, e

(b) SCHINDLER MANAGEMENT AG., sociedade devidamente constituída de acordo com as leis da Suíça, com sede em Ebikon, na Zugerstrasse 13, inscrita no Brasil no CNPJ/MF sob o nº 05.720.363/0001-15, neste ato representada por seus procuradores, **Andre Abboud Inserra**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade RG nº 14.559.500 e inscrito no CPF/MF sob o nº 114.574.898-80; **José Carlos Agrelo Lusquiños**, espanhol, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RNE n.º W344383-7 e inscrito no CPF/MF sob o n.º 246.278.527-20

Face a transformação da ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S.A. em sociedade limitada, sob a denominação de **ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA.**, aprovam o respectivo Contrato Social, nos termos dos artigos. 1.052 e seguintes do Código Civil (Lei nº 10.406/2002), mediante as seguintes cláusulas e condições:





24
3110

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Cláusula 1ª: A sociedade é limitada, opera sob o nome empresarial de "**ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA.**", e reger-se-á por este Contrato Social, bem como pelo estabelecido nos artigos 1.052 a 1087 da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), aplicando-se nos casos omissos, exclusiva e supletivamente a Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações (Lei das Sociedades por Ações).

Cláusula 2ª: A Sociedade tem sua sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida do Estado, 6.116, Cambuci, CEP 01516-900.

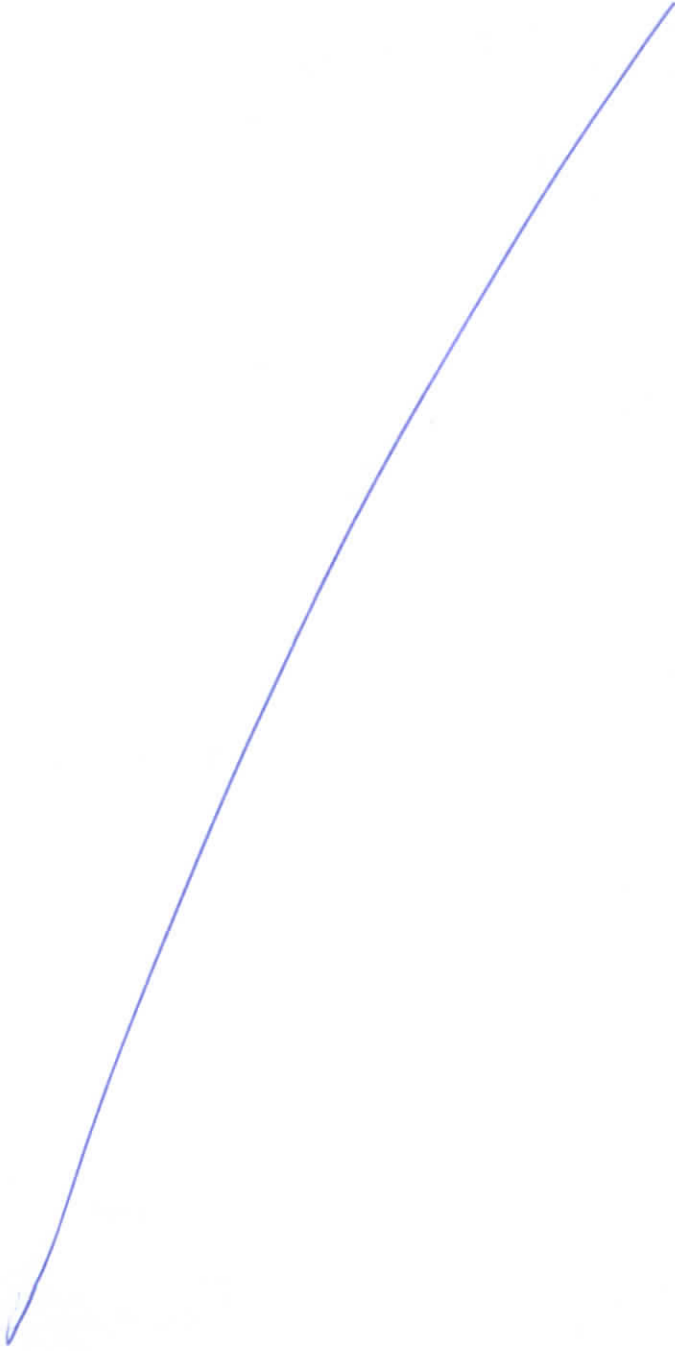
Parágrafo Único: A Sociedade, mediante deliberação da Diretoria, poderá abrir e encerrar filiais, escritórios e depósitos fechados em quaisquer localidades do território nacional e no exterior.

Cláusula 3ª: A Sociedade tem por objeto:

- a) a exploração da indústria e do comércio, inclusive por representação, importação e exportação, de elevadores, de escadas rolantes, de esteiras rolantes e respectivas partes e peças, de motores, máquinas, e equipamentos elétricos, eletrônicos e mecânicos e outros produtos similares e dos serviços de montagem e instalação desses equipamentos, por conta própria ou de terceiros;
- b) a prestação de serviços técnicos relacionados com esses produtos, tais como montagem, desmontagem, instalação, conservação, manutenção, modernização por conta própria ou através de terceiros, podendo ainda se dedicar a quaisquer outras atividades conexas e afins que independam de autorização especial do Governo.

Parágrafo Único: A Sociedade poderá participar, no País ou no exterior, de outras sociedades, consórcios e empreendimentos cujos objetos se relacionem com suas atividades.



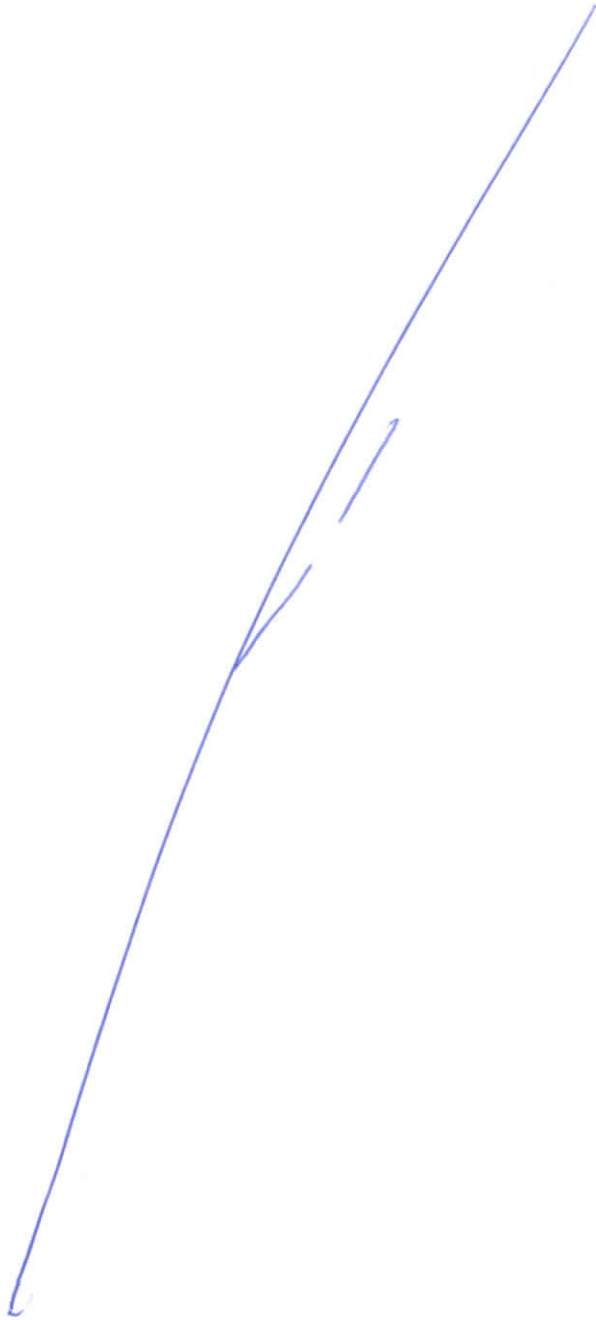


25
8

2

Parágrafo 3º: As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade. As Sócias não poderão ceder, transferir ou onerar suas quotas, no todo ou em parte, sem antes oferecê-las à outra Sócia que, em igualdade de condições, tem direito de preferência na aquisição.





20111113

Parágrafo 4º: Nenhuma sócia poderá ceder suas quotas ou parte delas, nem caucioná-las ou onerá-las sob qualquer outra forma, sem o consentimento prévio e expresso da sócia ou sócias representando a maioria do capital social.

Parágrafo 5º: A cessão ou oneração de quotas terá eficácia quanto a Sociedade e terceiros, a partir da averbação no Registro Público de Empresas Mercantis do respectivo instrumento subscrito pela sócia ou sócias anuentes.

Capítulo III DAS REUNIÕES DE SÓCIAS

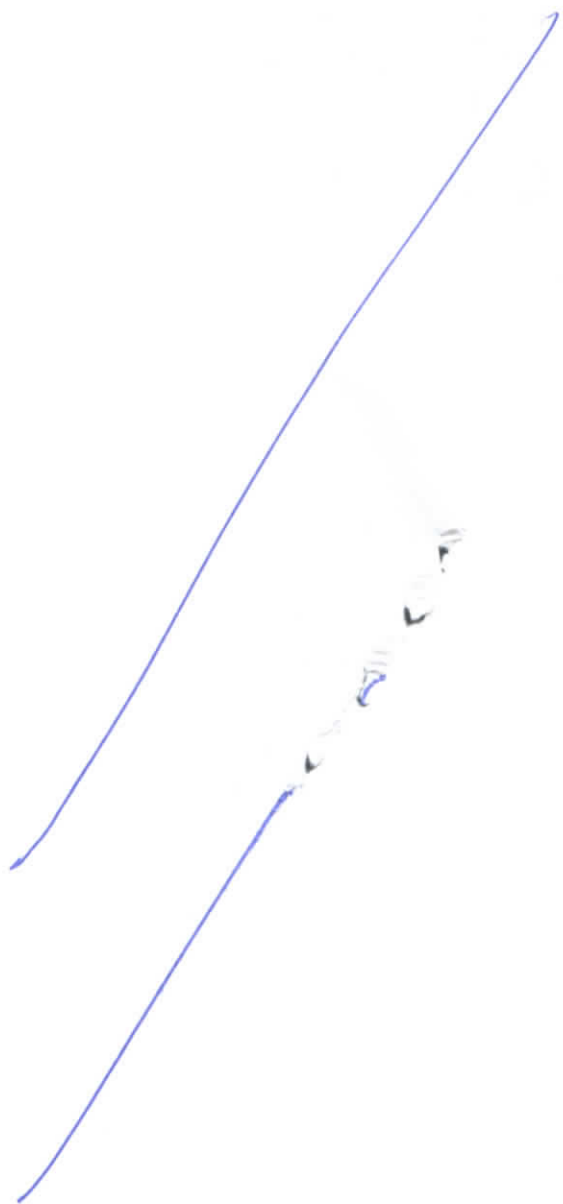
Cláusula 6ª: As deliberações das sócias são soberanas e as mesmas serão tomadas em Reuniões de Sócias, em alterações de Contrato Social ou outros atos de deliberação, nos termos da legislação aplicável. As Reuniões de Sócias realizar-se-ão sempre que os interesses sociais o exigirem, podendo ser dispensada no caso de todas as sócias decidirem, por escrito, sobre a matéria a ela sujeita.

Parágrafo 1º: As Reuniões de Sócias tem poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto e aos interesses da Sociedade, podendo tomar as resoluções que julgar convenientes ao desenvolvimento da Sociedade, e sendo realizadas na sede social, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social para deliberar sobre as matérias definidas em lei e, extraordinariamente, sempre que a lei ou os interesses sociais exigirem a manifestação das Sócias Quotistas da Sociedade.

Parágrafo 2º: Ressalvadas as hipóteses de *quorum* qualificado previstas neste contrato social e na legislação aplicável, as deliberações serão tomadas mediante a aprovação de sócia ou sócias representando a maioria do capital social da Sociedade.

Cláusula 7ª: A Reunião de Sócias poderá ser convocada pelo Diretor Presidente ou na ausência deste, pelo Diretor que for designado pelo Diretor Presidente e, em não havendo designação, por qualquer dos demais Diretores, dispensando-se, contudo, as formalidades de convocação previstas no § 3º do art. 1.152 do Código Civil, quando a

279
S. Paulo
27
05 DEZ 2016
CUSTAS DE REGISTRO
VALIDO SOMENTE PARA O SELO DE AUTENTICACAO
COLEGIO NACIONAL DO BRASIL
112359
AUTENTICACAO
1040CS0846455



27 11 16

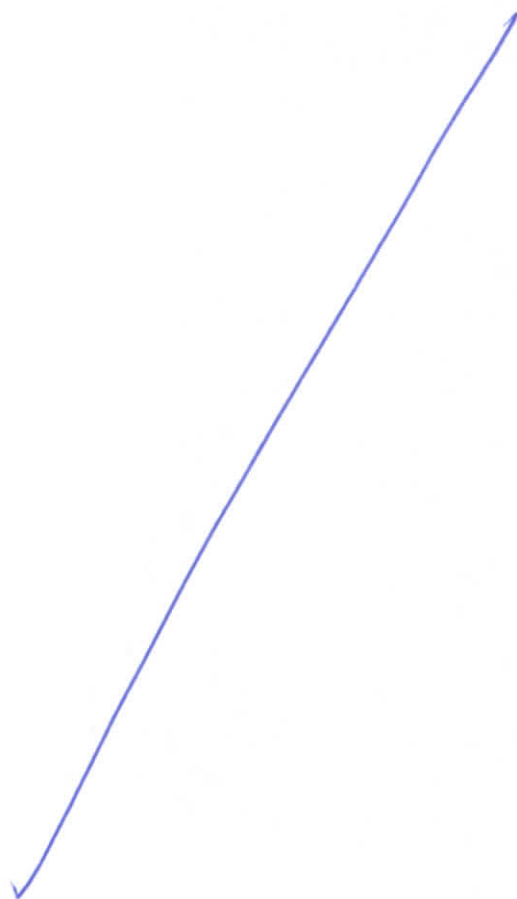
totalidade de sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia, instalando-se a Reunião na forma prevista na lei.

Cláusula 8ª: Compete ao Diretor Presidente ou na sua ausência, ao Diretor que for designado pelo Diretor Presidente e, em não havendo designação, à qualquer dos demais Diretores, instalar e presidir a Reunião de Sócios, cabendo-lhe nomear o secretário entre os presentes, os quais dirigirão os trabalhos.

Cláusula 9ª: Compete à Reunião de Sócios:

- I. fixar a orientação geral dos negócios;
- II. fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos inerentes aos negócios da Sociedade;
- III. escolher e destituir os auditores independentes da Sociedade;
- IV. manifestar-se sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras do exercício;
- V. autorizar a aquisição, arrendamento e a alienação de bens do ativo não circulante, a constituição, renúncia ou transação de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, quando em operação no interesse da Sociedade, quando de valor superior ao equivalente em moeda nacional a US\$5,000,000.00 (cinco milhões de dólares);
- VI. deliberar sobre a contratação de empréstimos com prazo superior a 360 (trezentos e sessenta) dias e em valor superior ao equivalente em moeda nacional a US\$12,000,000.00 (doze milhões de dólares);
- VII. autorizar o acréscimo ou a alienação de investimento em sociedades coligadas e controladas em valor superior ao equivalente em moeda nacional a





28
8

201113

US\$4,000,000.00 (quatro milhões de dólares), e a realização de investimentos em outras sociedades, no país ou no exterior, em valor superior ao equivalente em moeda nacional a US\$2,000,000.00 (dois milhões de dólares);

- X. deliberar sobre a venda, transação, renúncia ou caução de ações ou quotas, bem como dos direitos a elas referentes, de sociedade controlada, subsidiária ou coligada;
- XI. deliberar sobre a participação dos administradores que não poderá exceder a 10% (dez por cento) do resultado do exercício, se houver, observados os limites legais;
- XII. decidir sobre os casos omissos no presente Contrato Social, que estejam acima do limite de responsabilidade da Diretoria fixados neste Contrato Social.

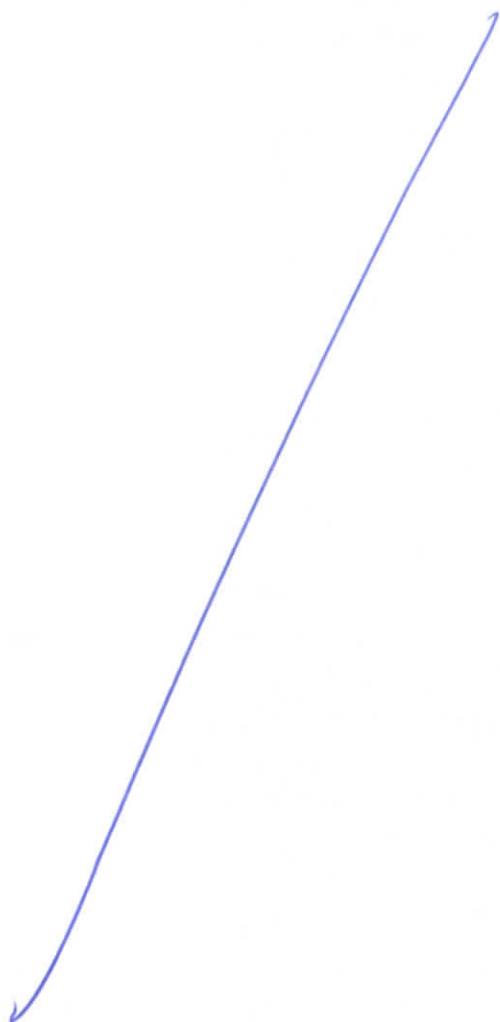
Capítulo IV DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula 10ª: A administração da Sociedade será exercida por uma Diretoria, na forma da lei e deste Contrato Social.

Cláusula 11: A Diretoria será composta por, no mínimo, 03 (três), no máximo, 06 (seis) Diretores, sócios ou não, residentes no País, sendo um Diretor Presidente e até 05 (cinco) Diretores sem designação específica, todos eleitos pelas sócias no próprio Contrato Social ou em ato separado, para um mandato de 03 (três) anos, e por eles destituíveis a qualquer tempo, permitida a reeleição, cujas remunerações serão fixadas por acordo entre os sócios e levadas à conta de despesas gerais.

Cláusula 12: Quando eleitos por meio de ato em separado, a investidura dos Diretores eleitos se dará mediante termo lavrado nos Livros de Registro de Atas da Diretoria, independentemente de caução. Em caso de reeleição, a investidura será declarada pelo próprio órgão que tiver deliberado a reeleição, servindo para tanto, o termo anterior.





29 11 16

Parágrafo Único: O prazo de gestão dos Diretores se estende até à investidura dos novos eleitos.

Cláusula 13: Ocorrendo vacância do cargo de Diretor ou em caso de impedimento do titular, caberá aos sócios eleger o novo Diretor, que completará o prazo de gestão do substituído. Em se tratando de ausência ou impedimento temporário, o Diretor será substituído por aquele que o Diretor Presidente indicar ou, no caso de ausência ou impedimento deste, aquele que seus pares indicarem, o qual acumulará a sua função de Diretor com a do substituído.

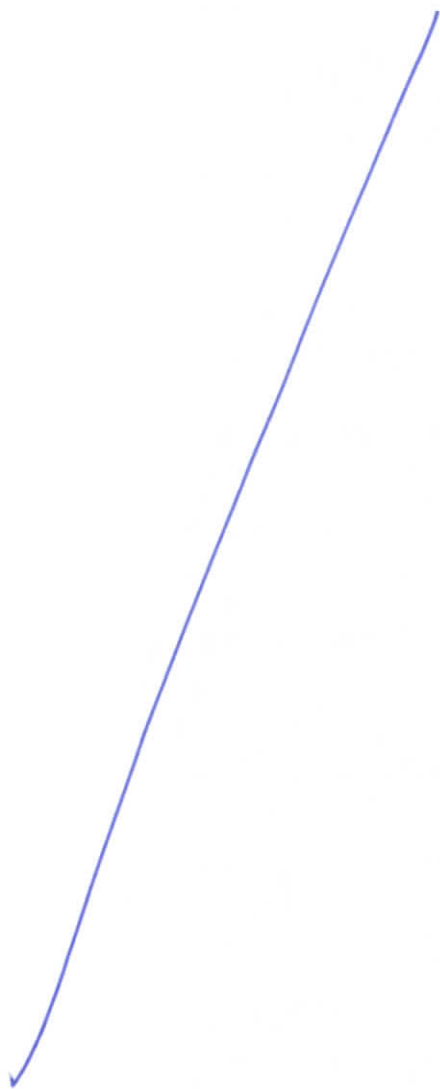
Parágrafo Único: Para os fins desta Cláusula 13, considera-se impedimento temporário aquele que perdurar por um prazo de até 30 (trinta) dias.

Cláusula 14: A Diretoria terá as atribuições que lhe são fixadas pela lei, e por este Contrato Social.

Cláusula 15: Compete à Diretoria:

- I. convocar Reunião de Sócios por meio do Diretor Presidente, do Diretor por ele designado ou por qualquer um de seus membros em não havendo designação pelo Diretor Presidente;
- II. submeter à Reunião de Sócios propostas a respeito de aumento ou redução do capital social, alterações deste Contrato Social e matérias para as quais for necessária a deliberação dos Sócios;
- III. decidir sobre as matérias previstas nos itens V, VI e VII da Cláusula 9ª deste Contrato Social abaixo dos limites de alçada neles fixados como sendo de competência da Reunião de Sócios;
- IV. fazer elaborar, aprovar e submeter à aprovação da Reunião de Sócios, as demonstrações financeiras e quaisquer outras propostas que devam ser submetidas à aprovação das Sócios; e
- V. decidir sobre a abertura ou fechamento de estabelecimentos, filiais e escritórios da Sociedade no País e no exterior.





DUPLICATA
29 11 16

(30)

Parágrafo 1º: Os Diretores reunir-se-ão sempre que necessário, mediante a convocação por qualquer deles, para deliberar sobre assuntos de interesse da Sociedade nos termos deste Contrato Social. Para que seja instalada a reunião da Diretoria é necessária a presença de, pelo menos, dois Diretores. Nas reuniões instaladas com a presença de dois Diretores, serão válidas as deliberações aprovadas por unanimidade. Nas reuniões instaladas com a presença de três ou mais Diretores, serão válidas as deliberações aprovadas pela maioria dos Diretores presentes. Nos casos de empate, o Diretor Presidente terá o voto de desempate.

Parágrafo 2º: As Atas de Reuniões dos Diretores serão registradas em livro próprio.

Cláusula 16: Compete ao Diretor Presidente:

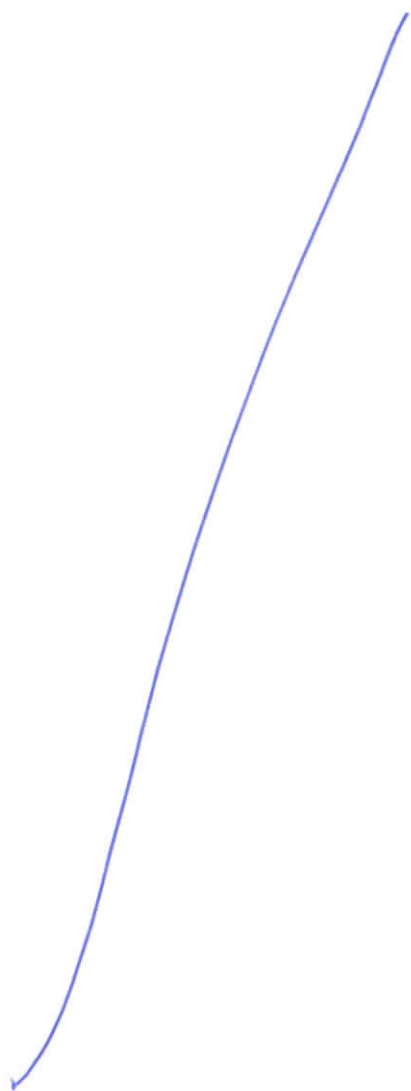
- I. supervisionar todos os negócios e atividades da Sociedade;
- II. coordenar e supervisionar as atividades dos demais Diretores;
- III. exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pela Reunião de Sócios.

Cláusula 17: Observados os limites estabelecidos na Cláusula 9ª, a Sociedade, para que se obrigue juridicamente, deverá ser representada pelas assinaturas de (i) 02 (dois) Diretores, (ii) 01 (um) Diretor em conjunto com 01 (um) Procurador ou (iii) 02 (dois) Procuradores em conjunto, especificamente nomeados, nos termos da Cláusula 18 deste Contrato Social.

Parágrafo Único: Fica proibida a concessão de empréstimos ou a prestação de garantias reais ou pessoais pela Sociedade, em favor de terceiros estranhos à Sociedade, salvo em caso de fianças ou outra garantia para locação de imóveis para uso de seus empregados.

Cláusula 18: As procurações outorgadas pela Sociedade deverão ser assinadas por 02 (dois) Diretores, especificar expressamente os poderes conferidos e serão outorgadas por prazo de validade não superior a 02 (dois) anos, sendo vedado o substabelecimento, exceto nos casos de procurações com cláusulas "ad judicium" e "ad judicium et extra", que

Handwritten signatures and stamps are present at the bottom of the page. A circular stamp from the 'Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo' is dated 27/9/16. A rectangular stamp from the 'Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo' is dated 05/12/2016. A green stamp from the 'Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo' is dated 11/23/59. A blue stamp from the 'Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo' is dated 10/40CS0846459.



(31)
y

29 11 16

poderão ser outorgadas por prazo indeterminado e com permissão de substabelecimento.

Capítulo V CONSELHO CONSULTIVO

Cláusula 19: As sócias poderão instalar, mediante deliberação a ser tomada em reunião, um Conselho Consultivo da sociedade, que terá a função meramente consultiva, e não deliberativa, de aconselhar os Diretores em relação às medidas necessárias à manutenção e desenvolvimento das atividades e negócios da Sociedade, bem como emitir opiniões referentes aos assuntos apresentados pelos Diretores. O Conselho Consultivo, quando instalado, deverá ser formado por, no mínimo, 3 (três) membros eleitos e destituídos a qualquer tempo pelas sócias, para um mandato de 3 (três) anos.

Cláusula 20: A Reunião de Sócias que instalar o Conselho Consultivo fixará a remuneração global deste, cabendo-lhe também decidir a respeito de sua partilha entre os respectivos membros.

Capítulo VI DO CONSELHO FISCAL

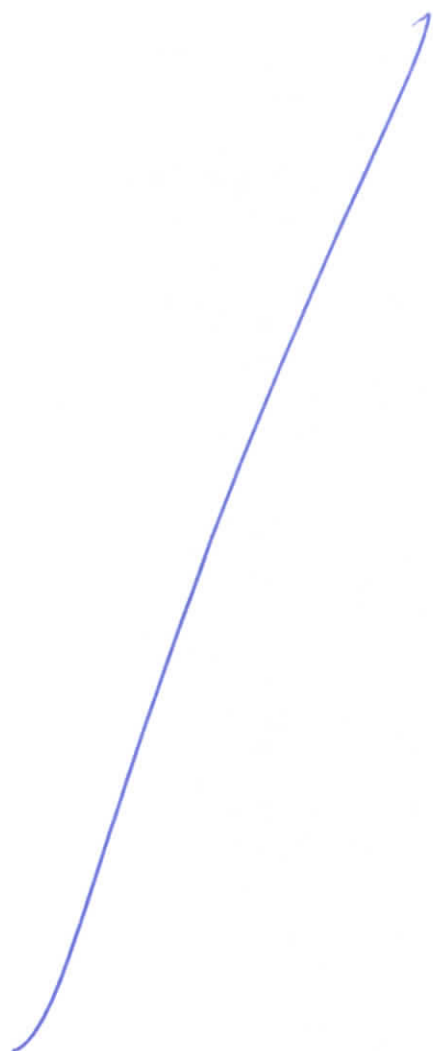
Cláusula 21: A Sociedade poderá ter um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, e que só será instalado a pedido das sócias quotistas, pela Reunião de Sócios, que elegerá os seus membros.

Cláusula 22: O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por, no mínimo, 03 (três) membros e, no máximo, 05 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, com constituição, requisitos, poderes e atribuições que lhe são conferidos por lei, podendo ser reeleitos.

Parágrafo 1º: A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Reunião de Sócios que os elegeu, observada a legislação.

Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page:

- Handwritten signature: *Q7*
- Handwritten signature: *7m*
- Handwritten signature: *16*
- Handwritten signature: *m*
- Handwritten signature: *Y*
- Stamp: **27º TABULADO DE NOTAS DA CAPITAL**
Licença de funcionamento: 05 DEZ 2016
AV. SÃO LUIS, 111 - JARDIM SÃO CARLOS - SÃO PAULO - SP
CNPJ: 06.959.912/0001-00
COMPROVANTE ORIGINAL APRESENTADO DO F.E.
- Stamp: **COLEÇÃO DE NOTAS DA CAPITAL**
CUSTAS DE EMISSÃO: R\$ 3,10
1 AUT.
- Stamp: **AUTENTICAÇÃO**
112355
1040CS0846460



32

32 11 15

Parágrafo 2º: O mandato dos membros do Conselho Fiscal terminará na Reunião de Sócios Ordinária que se seguir à sua instalação.

Capítulo VII

EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DISTRIBUIÇÕES DE LUCROS

Cláusula 23: O exercício social inicia-se em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano, data com referência à qual a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da Sociedade e observadas as prescrições legais, as demonstrações financeiras do exercício.

Parágrafo 1º: Os lucros líquidos anualmente obtidos terão a aplicação que lhes for determinada pelo sócio ou sócios representando a maioria do capital social, admitida a distribuição desproporcional à participação de cada um no capital social. Nenhum dos sócios terá direito a qualquer parcela dos lucros até que seja adotada deliberação expressa sobre a sua aplicação. A Sociedade poderá levantar balanços mensais, trimestrais ou semestrais, distribuindo os lucros então existentes.

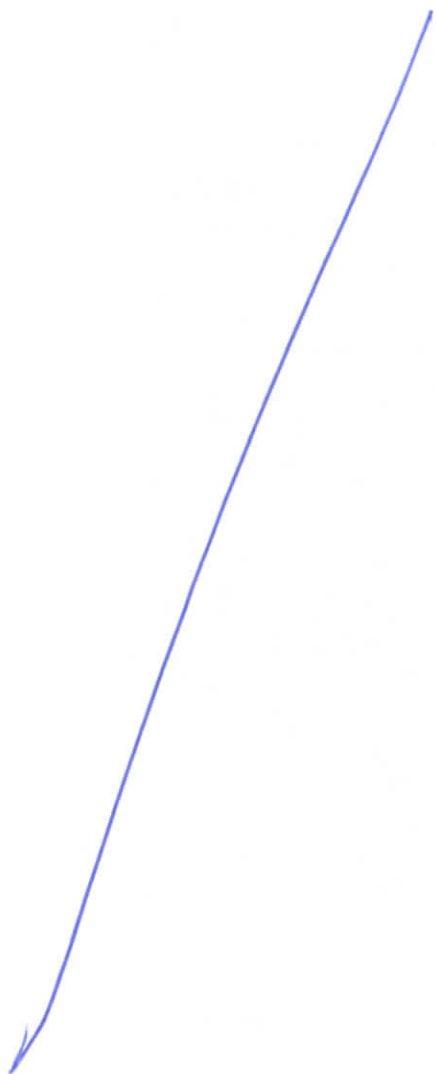
Parágrafo 2º: A Sociedade poderá, mediante deliberação da Reunião de Sócios, distribuir às Sócias juros sobre o capital próprio, conforme deliberação de Sócios titulares de mais da metade do Capital Social.

Capítulo VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 24: A Sociedade entrará e liquidação nos casos previstos em lei, devendo o modo de liquidação ser estabelecido pela Reunião de Sócios que designará os liquidantes.

Handwritten signatures and stamps are present at the bottom of the page. A stamp from the Tabelião de Notas da Capital (Notary Public of the Capital) is dated 05 DEZ 2016. Another stamp is from Cesar da Silva Alletto, a lawyer (Advogado), dated 05 DEZ 2016. A QR code and the number 1040CS0846461 are also visible.



29 11 16

DO FORO

Cláusula 25: Fica eleito o foro de São Paulo, Capital para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, lavram este instrumento, em 03 (três) vias de igual forma e teor, que serão assinadas pelas sócias. "

São Paulo, 10 de novembro de 2016.



SCHINDLER S.A.

p.p. Andre Abboud Insera / José Carlos Agrelo Lusquiños



SCHINDLER MANAGEMENT AG.

p.p. Andre Abboud Insera / José Carlos Agrelo Lusquiños

Visto Marisa A. Silva
Nome: **MARISA APARECIDA DA SILVA**
OAB/SP Nº 134.169

27º TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL
LUGAR DE MARISA SCHINDLER TABELÃO ASSINADO
AV. SÃO LUIS Nº 55 - AUTENTICO A PRESENTE
CÓPIA REPROGRÁFICA EXTRAÍDA NESTA NOTAS
CONFORME ORIGINAL APRESENTADO DOU FE.
S. Paulo.
27 9
05 DEZ 2016
CÉSAR DA SILVA ALLEVO
(ESCR. AUT. Nº 122/01)
CUSTAS: Lei 8.932/94, 10%
VALOR: SOMENTE CONT. 100,00
AUTENTICAÇÃO
112359
1040CS0846462
R\$ 3,10
1 AUL.

